

Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências

Resumo

As formas de exploração e expropriação na cidade implicam o surgimento de ocupações de terrenos e imóveis em áreas periféricas e centrais. Em Curitiba, favelas, bairros sem infraestrutura, conjuntos habitacionais, terrenos e edifícios desocupados fazem parte de vários processos e temporalidades que emergem da cidade miticamente tomada como modelo de planejamento urbano. A pesquisa visa analisar as ocupações de terra organizadas de forma a compreender seus elos com a reprodução da metrópole, revelando a escala do lugar, da vida cotidiana, da sociabilidade nessas ocupações, suas estratégias de organização sociopolítica e de resistência, evidenciando as lutas urbanas como amálgama entre particularidades locais e processos globais e situando o debate na materialização do direito à cidade.

Palavras-chave: lutas urbanas, produção do espaço, ocupações de terra, justiça espacial.

Abstract

URBAN STRUGGLES IN CURITIBA METROPOLIS: POPULAR HOUSING, LAND OCCUPATIONS AND RESISTANCE

The forms of exploitation and expropriation in the city imply the emergence of land and buildings occupations in peripheral and central areas. In Curitiba, slums, neighborhoods without infrastructure, popular housing, vacant land sites and buildings make part of multiple processes and temporalities that emerge of the city which is mythically taken as urban planning model. The research seeks to analyze organized land occupations in order to understand its links with the reproduction of the metropolis, revealing the scale of the place, of everyday life, of sociability in these occupations, their socio-political organization strategies and resistance.

revealing urban struggles as an amalgam between local particularities and global processes, placing the debate in the realization of the right to the city.

Key-words: urban struggles, production of space, land occupations, spatial justice.

1. Introdução

O movimento de produção e reprodução da realidade urbana realizado ininterruptamente pela sociedade coloca enormes desafios para sua compreensão através das análises teóricas, fundamentais, por sua vez, para a construção de projetos alternativos que orientem a prática urbana na direção da realização do direito à cidade e da justiça espacial. Com efeito, entre os muitos elementos da “crise urbana” a que se têm referido os canais de comunicação e informação de maior alcance e mesmo muitas pesquisas científicas constam majoritariamente os problemas de ordem socioambiental¹ – poluição do ar, contaminação de mananciais, alagamentos, formação de ilhas de calor –, a violência urbana – encarada sem maiores reflexões como aumento da criminalidade –, constantes e crescentes congestionamentos que reduzem a mobilidade da população seja pelo transporte público seja pelo transporte privado. Estes problemas têm lugar nas cidades, e parecem ganhar dimensões catastróficas e caóticas nas metrópoles, potencializadoras da crise urbana e da perda ou diminuição da chamada “qualidade de vida”.

Um dos caminhos possíveis para se pensar os conteúdos profundos e os significados da crise urbana atual é a questão da moradia. Na realidade, não se trata de um problema novo, muito pelo contrário, a falta de acesso (ou acesso precário) à moradia adequada acompanha as classes sociais mais pobres na historicidade da urbanização, e vem sendo retratada e estudada por historiadores, sociólogos, geógrafos, arquitetos, engenheiros, advogados, assistentes sociais e médicos, que, muitas vezes, atuam em instituições e órgãos públicos de pesquisa e planejamento formulando políticas que são aplicadas nas cidades.

A crise mais ampla que atravessa e constitui a crise da moradia no país (e que por ela é revelada) pode ser encarada em seu fundamento como uma crise da sociabilidade urbana, com as limitações do uso da cidade e da

apropriação do espaço reduzido à sua condição de mercadoria, portanto ao consumo do espaço, legitimado e ancorado na propriedade privada do solo, que institui crescentemente o sentido da troca e da valorização imobiliária e fundiária, enfim, da realização econômico-produtiva do espaço em detrimento do uso social para a vida cotidiana. Assim, o pano de fundo das nossas reflexões sobre a cidade e o urbano liga-se à necessária crítica da urbanização capitalista e dos termos em que ela vem ocorrendo hoje, articulando conflituosamente os planos do econômico, do político e do social na produção do espaço urbano.

A questão da moradia revela grandes desigualdades na apropriação social do espaço, visíveis na paisagem urbana que expressa a materialização das condições desiguais de existência das diferentes classes e grupos sociais. Na morfologia das cidades estão os fundamentos da sociedade capitalista: velhas e novas formas de exploração no trabalho e expropriação na cidade de grande parcela da população têm como uma de suas implicações espaciais o surgimento de novas ocupações de terrenos e imóveis, tanto em áreas periféricas como centrais.

Em Curitiba, favelas de barracos de madeira, bairros sem infraestrutura e com casas autoconstruídas geralmente em terrenos objeto de loteamentos irregulares e clandestinos, conjuntos habitacionais produzidos pelo mercado imobiliário e pelo Estado, distantes dos centros e dos locais de trabalho dos seus moradores, compõem parte da produção e da reprodução da denominada periferia, conjugando múltiplos processos e temporalidades que emergem no seio de uma cidade miticamente tomada como modelo de planejamento e de ordenação urbana. Tal realidade urbana, frequentemente ocultada, contrasta com bairros e distritos muito bem estruturados, com ótimos equipamentos e serviços urbanos regulares, comércio diversificado e abundante, edificações construídas segundo as especificações formais e dentro da legalidade fundiária e urbanística.

A análise da produção de duas ocupações de terra, a Ocupação Nova Primavera e a Ocupação 29 de Março, localizadas na região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)² e organizadas pelo Movimento Popular por Moradia (MPM)³, tem nos permitido refletir sobre seus elos com o processo de reprodução da metrópole de Curitiba, partindo da escala do lugar, da vida cotidiana, das relações que marcam a sociabilidade nessas ocupações

e suas relações com o entorno, suas estratégias de organização sociopolítica e de resistência.

As ocupações urbanas organizadas em terrenos mais ou menos periféricos (ou as ocupações de prédios abandonados nos centros) inserem elementos importantes para o debate ao problematizar as formas pelas quais o poder público vem lidando com o problema da moradia das classes subalternizadas. As ocupações de terra são apenas uma das estratégias dos movimentos por moradia, mas que, em nossa visão, têm a potencialidade de questionar os fundamentos dos processos capitalistas de valorização do solo, especulação imobiliária e segregação socioespacial. A hipótese teórica norteadora é a de que as lutas urbanas revelam conflitos e contradições do processo de urbanização, amalgamando as particularidades da história urbana de Curitiba e dos sujeitos locais com os processos econômicos e políticos nacionais e mundiais, nos aproximando do necessário desafio da materialização da justiça espacial e do direito à cidade, apontando concretamente processos, ações e sujeitos envolvidos em disputas pelo sentido do espaço e da cidade.

2. O contexto do urbano contemporâneo

A urbanização contemporânea é atravessada por novos processos econômicos – mundialização financeira – e políticos – sintetizados pela “governança” urbana – que articulam as escalas do lugar, da região, do país e do mundo, trazendo novas implicações socioespaciais para a vida cotidiana dos habitantes das cidades e novas formas de luta na cidade. A produção da periferização, enquanto reprodução das desigualdades socioespaciais, pode ser explicada pela contínua produção de centralidades, que na metrópole aparecem como expropriação das camadas mais pobres dos espaços formais e com infraestrutura urbana (espaços mais valorizados). Tal periferização ocorre seja por meio da produção dos espaços informais de moradia (autoconstrução em loteamentos clandestinos, irregulares, favelas e cortiços) seja por meio da segregação planejada e controlada pelo Estado (conjuntos habitacionais) em parceria com os setores privados (o mercado imobiliário produzindo condomínios habitacionais fechados).

Os novos conteúdos da produção da metrópole se articulam às atuais dinâmicas de reprodução imobiliária e financeira (locais, nacionais e globais) que redefinem constantemente as estratégias e as direções da valorização/desvalorização dos espaços. Recentes políticas urbanas vêm corroborar com tal processo ao instituir novas relações Estado/espaço, nas quais a reprodução espacial dos capitais nacionais e internacionais se faz possível seja através de grandes obras viárias – mobilidade intraurbana, tendo como álibi a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas – seja através de programas habitacionais – como o Minha Casa, Minha Vida – que valorizam espaços periféricos e trazem implicações para a vida cotidiana. Tais processos agudizam as contradições urbanas, na medida em que instauram novas camadas de políticas e de negócios em espaços que se transformam seja por receberem diretamente as novas produções imobiliárias – infraestrutura e equipamentos urbanos ligados à instalação de novos serviços (hotéis, *shopping centers*, estádios), indústrias, circuitos de valorização turística (parques), empreendimentos de alto padrão e populares – seja por abrigarem a expansão da valorização fundiária e imobiliária e com isso limitar ainda mais o acesso dos moradores mais pobres à moradia, às centralidades e à infraestrutura urbana.

A reprodução dessas contradições envolve, de um lado, a produção de novas formas de viver e de usar a cidade – marcadas pelo consumo e pela segregação de frações sociais que atendem ainda aos patamares de renda assimilados pelo mercado imobiliário formal – e, de outro, a produção de novas formas de mobilização, luta e resistência urbana, que se tornam mais evidentes e radicais através dos movimentos organizados de luta pela moradia. Tais movimentos urbanos promovem continuidades e descontinuidades em relação aos já conhecidos processos de ocupação popular e autoconstrução da moradia em terrenos de propriedade pública ou particular que não cumprem sua função social, processo importante na historicidade da urbanização e da metropolização em nosso país.

3. O urbano contemporâneo em Curitiba: metropolização, moradia e lutas

Se de um lado a urbanização contemporânea de Curitiba é marcada pela mundialização que impõe a lógica de uma produção financeirizada do espaço, implicando novos conteúdos socioespaciais, por outro lado esta mundialização não se dá sem uma articulação com processos locais, que produzem particularidades e que são mediações significativas para a análise, pois trazem a dimensão contraditória e conflituosa da concretização dos processos globais no plano das cidades.

Assim, partir da realidade urbana da metrópole de Curitiba implica considerar aquilo que Firkowski e Moura (2014a, p. 46) colocam em relação “ao atual estágio de metropolização em Curitiba [que] caracteriza-se por transformações expressivas em sua configuração espacial e natureza, decorrentes da reestruturação produtiva”. A mesma autora escreve que a dinâmica da indústria no espaço metropolitano – que ganha intensidade no período entre 1990 e 2000 – ainda marca a organização econômica das atividades, embora as novas dinâmicas de localização ligadas à economia mundial – e que repercutem na produção dos espaços formais e informais – produzem novas fragmentações do tecido metropolitano e novas centralidades, caracterizando a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) como um espaço de policentralidades. Inclusive, segundo Firkowski e Moura (2014a, p. 46), as relações e características da RMC se expandem num contexto territorial mais amplo que o da própria RMC – em direção a Ponta Grossa, Paranaguá, Joinville –, definindo uma espacialidade urbano-regional a ser considerada.

A historicidade do processo de urbanização do Paraná e da constituição da metrópole de Curitiba deve ser pensada para que se conheçam as temporalidades e espacialidades dos processos que serão investigados. Segundo a literatura (FIRKOWSKI; MOURA, 2014b; GARCIA, 1997; OLIVEIRA, 2000; SILVA, 2012), observou-se a partir da década de 1970 o relativo declínio do setor primário na economia paranaense – momento aliás em que fortes movimentos migratórios têm início, com a saída de população do campo (campo que se “moderniza” e com isso concentra e valoriza a terra, expulsando camponeses) em direção tanto às maiores cidades e sobretudo à cidade de Curitiba quanto a outros estados (Mato Grosso, Rondônia, no

contexto da expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia). Este processo, que marca o crescimento quantitativo – seja demográfico, seja do espaço construído no município-polo e nos demais municípios da RMC – e a produção de mudanças qualitativas – como a transformação do modo de vida e do espaço-tempo, seja camponês, seja citadino, para um contexto inicial de metropolização propiciada pela urbanização acelerada na década de 1980 e que será potencializada definitivamente pela industrialização a partir da década de 1990 – guarda alguma relação com a metropolização verificada em outras cidades brasileiras, mas também possui particularidades.

Uma das particularidades, a ser destacada, diz respeito ao papel do Estado na organização e na estruturação do espaço urbano-metropolitano, com uma atuação do planejamento urbano fortemente concentrada no município-polo – com a espetacularização de Curitiba enquanto modelo de cidade planejada, justa, eficiente (sobretudo na mobilidade e no transporte) e ecológica, com a constante produção de imagens-síntese que mitifica, personaliza e destaca a genialidade dos técnicos e arquitetos de Curitiba bem como promovendo com isso o turismo urbanístico e o *City Marketing* (cf. GARCIA, 1997) – o que favorece processos de periferização e de “invisibilização” das desigualdades e dos conflitos urbanos, tais como o acesso à moradia por grande parte da população empobrecida.

A periferização da moradia da população empobrecida já é conhecida como processo estruturante na urbanização e na metropolização de outras cidades, conforme os autores citados na Introdução/problematização, que centram sua análise, sobretudo (mas não exclusivamente), no caso de São Paulo. Mas essa periferização da moradia das classes pobres e trabalhadoras também será importante para a metropolização de Curitiba (cf. SILVA, 2012), sendo, entretanto, agravada pelas particularidades do processo de ocultamento dos problemas urbanos e habitacionais de Curitiba pelo turismo urbanístico e pelo próprio planejamento urbano que induz a uma concentração dos investimentos na cidade-polo da RMC.

A tese de Silva (2012) evidencia a problemática da habitação, da produção e da apropriação dos espaços informais de moradia (favelas, loteamentos clandestinos e irregulares) em Curitiba, relacionando tais espaços à própria dinâmica da metropolização entre 1990 e 2000. Para a autora, a expansão dos assentamentos informais é parte do mesmo

processo de internacionalização da economia, de chegada das montadoras, dos estabelecimentos de comércio e serviços especializados e dos novos produtos imobiliários (SILVA, 2012, p.28). Com efeito, a autora expõe em seu trabalho que há uma intensificação da produção de moradias informais (em número de assentamentos informais, área e número de domicílios) no aglomerado metropolitano a partir do contexto da industrialização da década de 1990, ligada por seu turno à internacionalização da economia mundial e a processos como a desconcentração industrial de metrópoles como São Paulo.

Baseado nas ideias de Polli e Gusso (2013), que analisam o panorama dos movimentos por moradia em Curitiba entre 1977 e 2011, infere-se que eles são marcados pelo que denominam caráter “relacional” entre organizações como igreja católica (por meio das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs), partidos políticos e sindicatos, e que vão consolidar a partir da década de 1980 diversas “associações de moradores, federações e coordenações de movimentos que buscavam unir as reivindicações e lutas que se colocavam de forma fragmentada pelas periferias das cidades” (GOHN, 1991 apud POLLI; GUSSO, 2013). Algumas organizações urbanas que têm origem nesse contexto são destacadas pelos autores: Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Central de Movimentos Populares (CMP); União Nacional de Moradia Popular (UNMP); e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLMP). Estas organizações e movimentos de moradia irão se diferenciar, sobretudo, quanto às estratégias políticas de mobilização e de luta. Para Polli e Gusso (2013, p. 3):

No caso dos movimentos de moradia, a ocupação tornou-se um dos seus principais repertórios de ação coletiva a partir da década 1980. Tal repertório é fundamental porque estabelece uma disputa que é tanto simbólica como pragmática em torno da luta por moradia e cidadania, mas que ao mesmo tempo nega a propriedade privada, sendo, portanto, um instrumento de grande impacto para o exercício de reivindicações, sendo carregado também de grande simbolismo. Dessa forma, as manifestações em prol de serviços, mas, sobretudo as ocupações que os movimentos de moradia promoveram, deram destaque a suas ações, por criarem um fato político ao qual o Estado se vê obrigado a enfrentar, mesmo que na forma de repressão.

No entanto, muitos movimentos de moradia passam a se organizar de modo mais institucionalizado, estabelecendo parcerias com o poder público na construção de políticas públicas e com isso interferindo na

política habitacional e na produção do espaço urbano de modo significativo (POLLI; GUSSO, 2013). Podemos dizer que os movimentos urbanos por moradia em Curitiba vêm buscando construir suas reivindicações a partir de estratégias vinculadas à resolução da regularização fundiária de áreas ocupadas nas últimas décadas e da implementação de uma política habitacional de interesse social vinculada a uma efetiva política fundiária de regulação do solo urbano, buscando, assim, fortalecer e democratizar os canais comunicativos e participativos da política urbana da cidade. Movimentos como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLMP), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) – com influência histórica das CEBs –, União por Moradia Popular Paraná (UMP-PR), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Popular por Moradia (MPM) – ligado à Frente Nacional de Movimentos - Resistência Urbana, da qual fazem parte o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e outras entidades – são alguns dos movimentos que constroem a luta pela moradia em Curitiba.

É neste contexto que aparecem a Ocupação Nova Primavera – ocorrida em setembro de 2012, contando atualmente com cerca de 300 a 400 famílias (fotos 1 e 2) – e a Ocupação 29 de Março – ocorrida em março de 2015, contando com 400 famílias (fotos 3 e 4) –, que emergem no contexto metropolitano periférico aglutinando sujeitos sociais e movimentando a luta pela moradia em Curitiba.

Foto 1
OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA



Fonte: Foto do Autor.

Foto 2
OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA



Fonte: Foto do Autor.

Fotos 3 e 4
OCUPAÇÃO 29 DE MARÇO



Fonte: Foto do Autor.

Estas ocupações ocorreram em terrenos particulares pouco valorizados (entre indústrias e galpões), sendo organizadas pelo MPM e lutando pela construção, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (em parceria com a Caixa Econômica Federal), de empreendimentos residenciais para as famílias. As ocupações acima citadas se caracterizam por serem ocupações organizadas – diferindo-se das “ocupações espontâneas”, que inclusive ocorrem no entorno dessas ocupações e que são resultantes de assentamentos informais constituídos por meio de loteamentos clandestinos.

Entre as características da organização das ações nas ocupações Nova Primavera e 29 de Março estão o fato de que o processo que resultou na sua ocupação inicial contou com estudos prévios em relação às situações fiscais das propriedades-objeto de ocupação, no sentido de levantar e reunir, junto a cartórios, secretarias de finanças e prefeitura, o maior número de informações que pudessem significar maior efetividade no processo posterior de negociação com o poder público. Uma vez que se trata de terrenos particulares, geralmente devedores de impostos e tributos, o processo de desapropriação e transferência da titularidade ao município se realiza com mais facilidade, já que muitas vezes é de interesse do próprio proprietário a resolução da situação junto ao poder público municipal.

Essas ocupações não objetivam lotear os terrenos para comercialização de lotes, pelo contrário, entre os regulamentos internos da ocupação está a proibição “expressa” da demarcação – com linhas, fitas, madeiras etc. – de lotes individuais. A organização do MPM realiza diversas “rondas” para verificação dessas tentativas, que ocorrem, de “privatizar” e até negociar lotes da ocupação através das demarcações que muitas famílias realizam. Em tais rondas a organização desfaz tais demarcações. Uma das estratégias utilizadas para coibir e combater essas práticas ainda “arraigadas” no imaginário e no modo de realizar ocupações nas periferias urbanas pelas classes populares é a vistoria/o controle constante do ritmo de construção dos barracos pelos ocupantes. Dessa forma, há uma espécie de cronograma de “fases construtivas” que as famílias devem cumprir, e que atestam que elas efetivamente estão morando nos barracos por necessidade de moradia e não como modo de acumular capital com um loteamento do terreno. Assim, aqueles barracos que, após algumas semanas, estão vazios e precariamente estruturados – apenas com lonas, sem estruturas de madeira – são desocupados. Os barracos são organizados em ruas já no momento da ocupação – para facilitar e organizar a sequência de entrada das famílias no terreno – e alguns dias após a entrada os barracos são cadastrados e identificados com numerações.

Entre outras “regras” exigidas no momento da ocupação está a proibição expressa do corte de árvores “verdes” (como denominam) – árvores nativas, de grande porte –, uma vez que essa prática pode significar o enquadramento do movimento e das famílias em crimes ambientais. Posteriormente à ocupação são realizadas diversas assembleias e nesses

espaços consolida-se a mobilização e a socialização da organização interna da ocupação, com o estabelecimento de lideranças de setores da ocupação que auxiliam na condução cotidiana dos trabalhos de construção, reunião de materiais, instalação de energia elétrica etc. Constam ainda das ações sociopolíticas do MPM e dos integrantes-moradores das ocupações a realização de atos e manifestações nos espaços da vizinhança das ocupações e também no centro da cidade, junto à sede da CAIXA e da Prefeitura, como modo de pressionar os agentes na resolução da situação, o que envolve o reconhecimento da ocupação e seu enquadramento no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades para que seja realizado, em parceria entre COHAB, Prefeitura, CAIXA e MPM um projeto de urbanização e construção de unidades habitacionais nas ocupações.

Embora nosso ponto de partida sejam as ocupações de terra que vêm sendo organizadas, sobretudo, pelo MPM na região da CIC, também integram nosso campo de pesquisa as demais ocupações urbanas organizadas, como aquelas que ocorrem em prédios e imóveis vazios e abandonados, geralmente localizados no centro de Curitiba, e que são realizadas por outros movimentos de moradia, tais como a União Nacional pela Moradia Popular (UNMP), do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e a Central de Movimentos Populares (CMP). Trata-se de outra estratégia de luta pela moradia, com implicações diferentes, já que tais ocupações se voltam para áreas que contam com ótima infraestrutura, sendo muitas vezes próximas do contexto de trabalho dos ocupantes. É uma luta que, se por um lado parece não contar com a radicalidade da resistência das ocupações de terra nas periferias, por outro, busca não reproduzir o padrão periférico de segregação socioespacial de nossa urbanização.

4. Apontamentos conclusivos

As lutas urbanas e as ocupações de terra organizadas por movimentos de moradia em Curitiba – formados pelos “sem-teto”, desempregados, “fazedores de bico”, trabalhadores precarizados, terceirizados, temporários, subalternos e superexplorados (nos dizeres de BRAGA, 2012, os “precarizados”, que são os novos proletários precarizados), moradores de favor

ou de aluguel – colocam elementos importantes para a compreensão do processo de produção atual do espaço da metrópole curitibana, nas relações que estabelecem, entre outras, com a estrutura fundiária e imobiliária da metrópole (contestando sua concentração), com as políticas locais de planejamento (contestando sua superficialidade, espetacularização e turistificação) e com os programas federais de habitação (Minha Casa, Minha Vida – Entidades, ainda inexistente na metrópole de Curitiba). Contudo, a maior riqueza do processo em tela parece ser a construção de contextos e possibilidades de mobilização política e luta social pela materialização da justiça espacial, tendo o direito à cidade como horizonte utópico e prático.

Notas

- ¹ Problemas tratados, muitas vezes, como questões de ordem apenas ambiental, desprezando o prefixo “sócio”.
- ² A CIC, localizada nas zonas oeste e sul da cidade, é uma das nove Administrações Regionais do Município de Curitiba, sendo formada por um conjunto de bairros populares e contando com forte presença de indústrias e de “vazios urbanos”, terrenos já identificados pela Prefeitura Municipal como desocupados, subocupados ou não edificados.
- ³ Ligado à Frente Nacional de Movimentos - Resistência Urbana, da qual fazem parte o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e outras entidades. Ver <https://mpmcuritiba.wordpress.com/>.

Referências

- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; USP, 2012.
- CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIRKOWKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. Introdução: transformações na ordem urbana da RMC. In: FIRKOWSKI, O. L. C de F.; MOURA, R. (Org.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014a. p. 21-59.
- FIRKOWKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. (Org.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014b.
- GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. London: Verso, 2012.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: disjunções da cidadania e da democracia no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, F. J. G. de et al. (Org.). **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

POLLI, S. A.; GUSSO, R. J. **Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011)**. Anais dos Encontros Nacionais da Anpur, vol. 15, 2013.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terra coletiva para moradia - Osasco**. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

Recebido em: 28/07/2015

Aceito em: 17/09/2015